

Leonel Aguiar

É jornalista, doutor em Comunicação Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, docente no curso de Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e líder do Grupo de Pesquisa em Teorias do Jornalismo e Experiências Profissionais (Projor).

Vinicius Neder

É jornalista, mestre em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e integrante do Grupo de Pesquisa em Teorias do Jornalismo e Experiências Profissionais (Projor).

**Objetividade jornalística:
a prática profissional como
questão política** 103

**Journalistic objectivity: the
professional practice as a
political question**

**Objetividad periodística: la
práctica profesional como
cuestión política**

RESUMO

A proposta desse artigo é sinalizar determinados caminhos para se pensar a objetividade jornalística, inserindo a imprensa no campo de produção dos discursos realistas surgidos na modernidade. Esse empreendimento teórico recorre ao conceito de discurso e sua articulação com as relações de poder-saber nas obras de Foucault para apontar que os efeitos de verdade se realizam no discurso jornalístico com a noção de objetividade. Traça um breve percurso histórico da noção de objetividade a partir do realismo estético e da nova cultura tecnourbana que se consolida no século XIX. Conclui que a crise moderna da representação tem profunda influência na prática jornalística centrada no parâmetro da objetividade.

Palavras-chave: Objetividade jornalística; teorias do jornalismo; discurso; efeitos de verdade; realismo.

ABSTRACT

The aim of this paper is to show some ways to reflect on the journalistic objectivity, inserting the press within the field of the production of realistic discourses arisen in Modernity. The present theoretical enterprise makes use of the concept of "discourse" and its articulation with power-knowledge relations in Foucault's work in order to point that truth effects occur within the journalistic discourse with the notion of objectivity. It offers a brief historical explanation of the notion of objectivity from the perspective of aesthetic realism and the new techno-urban culture consolidated in the 19th Century. The conclusion points that the modern crisis of representation has a profound influence on the journalistic practice centered on objectivity.

Keywords: Journalistic objectivity; journalism theories; discourse; truth effects; realism.

RESUMEN

La propuesta de este artículo es señalar los caminos para pensar la objetividad periodística, poniendo la prensa en el campo de la producción de los discursos realistas de la Modernidad. Ese emprendimiento teórico recurre al concepto de discurso y su articulación con las relaciones de poder-saber en la obra de Foucault, para apuntar que los efectos de verdad se realizan en el discurso periodístico con la noción de objetividad. Diseña un breve panorama de la noción de objetividad a partir del realismo estético y de la nueva cultura tecno-urbana del siglo XIX. Concluye que la crisis moderna de la representación tiene profunda influencia en la práctica periodística basada en el parámetro de la objetividad.

Palabras-clave: Objetividad periodística; teorías del periodismo; discurso; efectos de verdad; realismo.

Data de submissão – 17/7/2010

Data de aceite – 29/10/2010

Introdução

Pela teoria do *newsmaking*, o discurso jornalístico constitui-se como um dispositivo de produção da realidade. Conforme aponta Traquina (2005), na década de 1970, um novo paradigma manifesta-se nos estudos sobre o jornalismo: as notícias enquanto construção discursiva. Se, para o senso comum da comunidade interpretativa dos jornalistas, as notícias são relatos verdadeiros de fatos significativos, para os teóricos do *newsmaking*, não é mais possível entender a informação jornalística como mero reflexo do real, um “espelho” que reflete fielmente o que se dá a ver.

Entretanto, a ética profissional predominante apresenta como um de seus princípios a nítida demarcação epistemológica entre o fato e o relato jornalístico sobre ele. Disso resulta que a credibilidade e a legitimidade da atuação dos jornalistas estão sedimentadas na crença de que as notícias refletem, pelos relatos jornalísticos produzidos com objetividade e neutralidade, os fatos. Respeitando esses parâmetros, os jornalistas realizam seu trabalho de relatar os fatos, assumindo a posição de meros intermediários que reproduzem, na notícia, a realidade social. Para entender melhor essa noção de que o jornal reflete a realidade, a visão histórica de Lage (1979) sobre a técnica da notícia permite compreender o desenvolvimento do formato

do jornalismo informativo, demonstrando como as empresas jornalísticas emergentes criaram uma linguagem adequada aos novos padrões industriais e às necessidades da sociedade de massas.

Ao contrapor diferentes teorizações sobre o campo jornalístico, as pesquisas que abordam a parcialidade do jornalismo a partir de conceitos como manipulação ideológica e distorção das notícias não se sustentam. Como não questionam a distinção entre fato e relato, na qual se assenta a “teoria” do espelho, os estudos sobre a ação social das notícias limitam-se ao questionamento da ideologia das empresas jornalísticas. O enfoque da manipulação das notícias não só favorece uma perspectiva moral ou psicológica da imparcialidade como também dificulta a compreensão do discurso jornalístico como um processo historicamente situado. Desse modo, o que nos interessa é entender que as notícias são construções discursivas que produzem as condições de possibilidade por meio das quais a realidade se torna visível e dizível. Para esse percurso teórico, procuramos nos métodos arqueológico e genealógico de Foucault noções que funcionem como uma “caixa de ferramentas” (FOUCAULT, 1979, p. 71) para a reflexão sobre o discurso jornalístico.

Discurso: poder e saber

É a “ordem do discurso” que estabelece, para Foucault (1996), as possibilidades de organização do real. Esse ordenamento do real, além de possuir uma função normativa e reguladora, atua por meio da produção de saber, de estratégias de poder e de práticas discursivas. Seguindo as noções teóricas foucaultianas, podemos afirmar: discurso não é, apenas,

o lugar onde o desejo se manifesta ou se oculta, mas é, antes de tudo, o objeto do desejo. Mais ainda: o discurso traduz mais do que as lutas políticas, pois se torna, principalmente, o poder pelo qual se deseja lutar para exercê-lo; portanto, é preciso pensar o discurso como o lugar do exercício do poder.

Ao realizar uma investigação crítica sobre a temática do poder, Foucault assegura que uma questão empírica – como se exerce o poder? – não tem por função denunciar como fraude uma metafísica ou uma ontologia do poder. Afirmar que “as relações de poder se exercem por meio da produção e da troca de signos” (FOUCAULT, 1995, p. 241) é ressaltar a positividade produtora do poder, pois aponta para a construção discursiva da realidade, já que “o poder produz campos de objetos e rituais de verdade” (FOUCAULT, 1977, p. 172).

Esse é o contraponto em relação à tese marxista de que o poder age apenas pelo convencimento ideológico ou por violência. Ao pensar em uma microfísica do poder atuando como uma rede produtiva que atravessa com eficácia todas as instâncias da vida social, Foucault destaca o poder como produção e não apenas como repressão. O poder produz saber, imbricando continuamente poder e saber, de modo que “não há relação de poder sem a constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua, ao mesmo tempo, relações de poder” (Ibidem, p. 30)¹.

¹ A noção foucaultiana dos jogos de poder-saber contesta a ideia de que o poder localiza-se nos aparelhos ideológicos de Estado – subordinando-se, portanto, a uma infraestrutura econômica, ao modo de produção –, pois as relações de poder são imanentes a todos os tipos de relações, não estando em posição de superestrutura, mas possuindo, “lá onde atuam, um papel diretamente produtor” (FOU-

Para Foucault, é justamente no discurso que se articulam poder e saber. Sendo assim, é preciso conceber o discurso como “uma série de segmentos descontínuos, cuja função tática não é uniforme nem estável” (FOUCAULT, 1980, p. 95). Admitir a complexidade e a instabilidade de um jogo em que o discurso pode ser, simultaneamente, instrumento e efeito de poder e, também, ponto de resistência e ponto de partida de uma estratégia oposta é aceitar a regra da polivalência tática dos discursos. “O discurso veicula e produz poder; reforça-o, mas também o mina, expõe, debilita e permite barrá-lo” (Ibidem, p. 96). Enfim, o que devemos ter em mira são os efeitos recíprocos de poder e saber que os discursos produzem. Nessa perspectiva, também devemos perguntar qual é a conjuntura e as correlações de forças que tornam imprescindível a utilização do discurso como articulação entre poder e saber.

Os discursos são, portanto, blocos táticos no campo das correlações de força: os efeitos recíprocos de poder e saber proporcionam sua produtividade tática. Já a sua integração estratégica dos discursos implica a produção de efeitos de verdade. “Vivemos em uma sociedade que produz e faz circular discursos que funcionam como verdade, que passam por tal e que detêm, por este motivo, poderes específicos”

CAULT, 1980, p. 90). Se o poder não está localizado nos aparelhos de Estado, é o próprio Estado que se torna o resultado de uma multiplicidade de engrenagens e de focos que constituem uma microfísica do poder. O poder passa a ser menos propriedade de uma classe e mais uma estratégia: o poder se exerce mais do que se possui, não sendo privilégio adquirido ou conservado da classe dominante, mas o efeito de conjunto de suas posições estratégicas. Não existindo mais um lugar privilegiado de onde possa ser exercido, o poder torna-se difuso, não localizável, sendo exercido a partir de inúmeros pontos e em meio a relações desiguais e móveis.

(FOUCAULT, 1979, p. 231). Assim, além da vontade de saber e da vontade de poder que atravessam os discursos, a vontade de verdade constitui e, simultaneamente, é constituída pelos discursos. Desse modo, o conceito de ideologia – e, por conseguinte, o de manipulação ideológica – pode ser descartado por estar vinculado à ideia nostálgica de um saber transparente e livre do erro e da ilusão.

Em seu conceito moderno, a ideologia apresenta-se em oposição à verdade; ou melhor, opõe-se a um discurso capaz de revelar a verdade, já que a ideologia representa o falso. Além disso, a ideologia é vista como uma produção discursiva realizada por um sujeito com o objetivo de impedir o conhecimento da verdade. Nesse caso, o papel do intelectual seria o de denunciar o discurso falso – isto é, ideológico – e, ao mesmo tempo, apontar que a ideologia situa-se secundariamente em relação a uma dimensão objetiva – a infraestrutura econômica que determina, em última instância, a superestrutura ideológica. O que se deve observar, para Foucault, é como os efeitos de verdade são produzidos dentro dos discursos que, em si mesmos, não são falsos nem verdadeiros. O que ele se propõe a estudar é o “regime da verdade” enquanto um componente efetivo na constituição das práticas discursivas.

Seguindo essas proposições foucaultianas, podemos entender a “verdade” como um conjunto de procedimentos regulados para a produção, distribuição e funcionamento dos discursos. “A verdade está circularmente ligada a sistemas de poder que a produzem e a confirmam, e a efeitos de poder que ela induz e que a reproduzem” (FOUCAULT, 1979, p. 14). O “regime da verdade” não é meramente ideológico ou superes-

trutural, pois atuou como uma condição de formação e desenvolvimento do capitalista. A questão central, conseqüentemente, não é a consciência alienada pela ideologia, mas o próprio regime político e institucional de produção da verdade, já que o saber não está em uma relação superestrutural com o poder.

Segundo Rabinow (1999), Foucault realizou uma análise sobre o poder para além das relações de dominação e exploração, abordando especialmente o problema da sujeição, que enfoca o aspecto do poder mais distante da aplicação direta da força. Para esse autor, é nesta dimensão das relações de poder que a identidade de indivíduos e grupos está em jogo, e onde a ordem, num sentido amplo, toma forma. “Este é o espaço no qual cultura e poder estão mais proxima-mente interconectados” (RABINOW, 1999, p. 102).

Os métodos foucaultianos concentram suas análises exatamente nas práticas culturais em que o poder e o saber se cruzam. Dentre essas práticas, ele destaca o jornalismo, “invenção fundamental do século XIX” (FOUCAULT, 1979, p. 224), ressaltando a importância da materialidade dos meios de comunicação, comandados por interesses econômico-políticos e que obedecem a mecanismos do poder. Mais especificamente, o discurso jornalístico – além de produzir e ser produzido por relações de poder-saber e pela vontade de verdade – é constituído por um conjunto de enunciados que se apoia em um mesmo sistema de formação discursiva.

Nossa hipótese de trabalho é que, se – de um modo geral – o discurso é “constituído por um número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência” (FOUCAULT, 1997, p. 135), o discurso jornalístico se constrói por

um conjunto de regras anônimas e históricas que definiram as condições de exercício de sua função enunciativa. Neste artigo pretendemos discutir um dos elementos integrantes desse conjunto de regras: a noção de objetividade jornalística.

Objetividade e percepção

O conceito de objetividade está inserido no processo de consolidação da Modernidade e de seus ideais, não sendo, evidentemente, exclusividade do jornalismo. Nessa perspectiva, o problema da objetividade faz parte da história da epistemologia, aparecendo, primeiro, nas ciências exatas e, depois, aplicado às ciências humanas. No jornalismo, a objetividade está diretamente relacionada com a modernização da imprensa e com a invenção da notícia. Objetividade e notícia encontraram na imprensa norte-americana sua institucionalização paradigmática, influenciando muitas escolas jornalísticas mundo afora.

Esquemáticamente, a Modernidade pode ser entendida em três níveis – como projeto, como período histórico e como experiência cultural –, segundo Jaguaribe (2007). Como projeto, a Modernidade é fruto do legado iluminista do século XVIII. Como período histórico, consolida-se a partir do século XIX, quando surgem tanto o realismo estético quanto uma nova “cultura técnico-urbana” (JAGUARIBE, 2007, p. 21). Por isso, o século XIX é o elo entre o nível da Modernidade como período histórico e o nível da experiência cultural, marcada pela formação das grandes cidades, onde a evolução tecnológica submeterá os habitantes a um cotidiano de superestimulação sensorial, o que causará impactos diretamente na percepção e na experiência individuais.

Não por outro motivo, notícia e objetividade jornalística são invenções do século XIX e início do XX. Segundo Schudson (1978), o conceito de notícia foi criado nos Estados Unidos nas décadas de 1830 e 1840. Muitos manuais de história da mídia tendem a creditar a emergência da objetividade jornalística à criação da agência de notícias *Associated Press*, em 1848, pouco depois da invenção do telégrafo. Para transmitir notícias para jornais de todos os cantos dos Estados Unidos, a agência foi obrigada a adotar estilo de redação conciso, atendo-se aos fatos, e com isso teria se tornado paradigma para toda a imprensa. A perspectiva histórica de Schudson, contudo, refuta o determinismo tecnológico:

A reportagem objetiva não se tornou norma ou prática no jornalismo no fim do século XIX, quando a *Associated Press* estava crescendo. [...] Na virada do século, os principais jornais davam muito mais ênfase a uma boa história do que aos fatos. O sensacionalismo, em suas várias formas, foi o guia do desenvolvimento do conteúdo dos jornais. (SCHUDSON, 1978, p. 5, tradução nossa).

A análise histórica do autor demonstra que a crença na objetividade – definida por ele como fé nos fatos, desconfiança em relação a valores e compromisso de tentar separá-los – somente se consolidou nas décadas de 1920 e 1930, após a Primeira Guerra Mundial. “Nos anos 1920 e 1930, muitos jornalistas observaram com crescente ansiedade que os fatos, ou o que eles tomavam por fatos, não eram confiáveis” (SCHUDSON, 1978, p. 6-7, tradução nossa). Assim, a objetividade jornalística consolidou-se nos

Estados Unidos, segundo Schudson, como um conjunto de regras e procedimentos para substituir a fé nos fatos num mundo em que nem eles poderiam ser de confiança.

Na virada do século XIX para o XX, o recentemente moderno jornalismo norte-americano se dividia entre a imprensa sensacionalista – preocupada em contar boas e inusitadas histórias em edições com expressivas tiragens – e a imprensa de informação – representada pela redação telegráfica, introduzida pela *Associated Press* e pelo padrão do *The New York Times*. Em 1896, esse jornal iniciou seu percurso na direção de um jornalismo diferenciado e diverso do sensacionalista, com a finalidade de atrair, como leitores, uma elite que também se modernizava.

Segundo Schudson, até 1920, os jornalistas que acreditavam na imparcialidade dos fatos tinham uma visão ingênua de seu trabalho. Somente nessa década começou a ganhar corpo, nos Estados Unidos, a concepção da realidade como construção individual e coletiva². Até se darem conta de que os fatos não são tão confiáveis, talvez motivados pela barbárie da Primeira Guerra Mundial, os jornalistas “não pensavam muito sobre a subjetividade da percepção” (SCHUDSON, 1978, p. 6). A experiência de choque da Primeira Guerra Mundial – no sentido atribuído por Benjamin (1994, p. 197-221) – teria demonstrado à imprensa que o mundo era formado por fatos manipulados pelos aparatos de propaganda e relações públicas de partidos e governos de acordo com seus interesses.

² Schudson cita *A construção social da realidade* (Petrópolis: Vozes, 2007), de Peter Berger e Thomas Luckmann, como importante obra dos anos 1960 a tratar desse conceito.

Na leitura de Pena (2007) sobre a obra de Schudson, a objetividade não se opõe à subjetividade: a objetividade surgiu no jornalismo exatamente pela constatação da inevitabilidade da subjetividade. Assim, a objetividade jornalística seria um método de trabalho capaz de assegurar algum rigor científico ao jornalismo e tentar reduzir a influência da subjetividade no relato dos acontecimentos (PENA, 2007, p. 50-51).

Sua relação com a constatação da subjetividade perceptiva demonstra como a objetividade jornalística é uma questão moderna. Se tomarmos a leitura sobre Modernidade empreendida por Crary (1992, 2000, 2004), veremos como a subjetividade perceptiva é um dos marcos fundamentais na passagem à Modernidade. Crary propõe um deslocamento analítico no debate sobre a modernidade, especialmente no campo das artes plásticas: pensá-la do ponto de vista do observador³ e não a partir da representação (CRARY, 1992). Segundo Crary, a ruptura nas artes plásticas representada pelo impressionismo, a partir da década de 1870, é menos resultado do advento de tecnologias da representação (como a fotografia e o cinema) e mais consequência de uma mudança na percepção do sujeito observador⁴.

³ Crary (1992) entende o observador enquanto personagem surgido no século XIX: o espectador, frequentador das exposições de pintura, das feiras de atrações, dos teatros, das recém-nascidas salas de cinema, leitor de jornal e habitante das cidades.

⁴ Essa mudança deve-se ao surgimento de modelos de visão subjetiva entre as décadas de 1810 e 1840. Na abordagem de Crary, a pintura moderna dos anos 1870 e 1880 e o desenvolvimento da fotografia a partir de 1839 são sintomas posteriores ou consequências dessa mudança sistêmica na subjetividade do observador (CRARY, 1992, p. 5). A subjetividade perceptiva constitui e é, ao mesmo tempo, constituída pela Modernidade.

No início do século XIX, o funcionamento da visão tornou-se dependente da constituição fisiológica contingente do observador. Assim, a visão – e, conseqüentemente, a percepção – passou a ser imperfeita, discutível e até arbitrária, perdendo a condição de signo máximo da objetividade (não apenas jornalística) e morada da certeza essencial. Nesse sentido, Cray demonstra que discursos dominantes e práticas do olhar do início do século XIX influenciaram decisivamente na quebra no paradigma da percepção clássica, marcada, desde o Renascimento, pela perspectiva na pintura.

Essa mudança no plano da percepção resultou numa crise epistemológica geral. A experiência perceptiva perdeu aí sua relação direta com a produção de conhecimento. Cray chega a uma conclusão de certa forma análoga à exposta por Schudson: o modernismo visual dos anos 1870, assim como a sistematização do preceito da objetividade jornalística, é uma resposta à crise provocada pela subjetivação da percepção.

Devemos ressaltar que o espectador das artes visuais de fins do século XIX – habitante da cidade, frequentador das feiras de atrações, dos teatros, das recém-nascidas salas de cinema – é também o leitor dos jornais. Em sua tarefa de dissecar a importância do entretenimento na cultura de massas e suas raízes, Neal Gabler (1999) já citara a importância do jornalismo sensacionalista de grandes tiragens do século XIX nos Estados Unidos como impulsionador da cultura da diversão.

No contexto norte-americano, Gabler cita o que o historiador Daniel Boorstin chamou de Revolução Gráfica – “aumento extraordinário na quantidade de

material visual disponível para o grande público” (GABLER, 1999, p. 56) – como acontecimento importante da segunda metade do século XIX a dar forma à cultura do entretenimento que, no século XX, encontraria no cinema e na televisão seus meios ideais. Essa revolução está evidentemente relacionada com a passagem ao jornalismo moderno – e, pouco depois, à sistematização da objetividade jornalística –, mas também encontra eco na perspectiva de Crary.

Com o deslocamento da verdade empírica da visão para o corpo, os sentidos (a visão em particular) puderam ser anexados e controlados por técnicas externas de manipulação. Assim, a visão tornou-se alvo de procedimentos de normalização, quantificação e disciplina, segundo os conceitos estabelecidos por Foucault. Crary cita o trabalho do filósofo e cientista Gustav Fechner, que tornou a sensação mensurável e firmou a percepção humana no domínio do quantificável e do abstrato (CRARY, 2004, p. 68).

Crary traça uma relação clara entre sua abordagem da Modernidade a partir do observador e o problema da atenção, já que a visão foi reconfigurada como dinâmica, temporal e sintética: “o declínio do observador clássico pontual ou ancorado começou no início do século XIX, cada vez mais deslocado pelo sujeito atento instável” (CRARY, 2004, p. 90). Esse sujeito é competente tanto para ser consumidor – na lógica do capitalismo moderno, marcada pelo lançamento constante de produtos e de novas necessidades, aí inclusa a indústria cultural e, portanto, a leitura de jornais – quanto para ser um agente capaz de fazer a síntese necessária diante de uma diversidade de “efeitos de realidade” (CRARY, 2004, p. 90).

A capacidade de fazer a síntese diante dos diversos efeitos de realidade e da superestimulação sensorial das cidades modernas é uma questão com a qual o jornalismo foi obrigado a lidar. Os jornais também fazem parte das indústrias da imagem e do espetáculo que têm nesse sujeito observador nascido no início do século XIX seu principal público. A tese de Schudson caminha no sentido de apontar o surgimento da objetividade jornalística como uma resposta a essa nova característica individual do leitor, mas, ao sugerir caminhos de reflexão sobre a questão, não podemos deixar de lado um posicionamento crítico capaz de problematizar as relações entre jornalismo e realidade.

Síntese do mundo real

A notícia, criada nas décadas de 1830 e 1840, nos Estados Unidos, e depois forjada metodologicamente pelo ideal da objetividade, oferece ao observador moderno, colocado entre a atenção e a distração, uma das sínteses necessárias para seu entendimento do mundo real. O jornalista, após engendrar-se em procedimentos de normalização, quantificação e disciplina⁵, apresenta-se como o profissional especializado em sintetizar o mundo real para um público de massa, cujo tamanho varia de veículo para veículo. Sempre atento, ele mantém sua faculdade de síntese mesmo diante da superestimulação da cidade moderna.

A objetividade como prática metodológica para lidar com a subjetividade dos fatos vai ao encontro

⁵ A modernização do jornalismo também passa pela transformação dos meios de comunicação em empresas capitalistas, o que inclui a profissionalização das redações, com divisão de tarefas e organização do trabalho em prol da otimização da produção.

dessa tarefa: ela seria um método capaz de avaliar a faculdade de síntese do jornalista. Na verdade, como bem ressalta Schudson, esse processo não é exclusividade do jornalismo. A questão da objetividade – como ideal ou ideologia – deu-se nas ciências exatas, na medicina, no direito, nas ciências sociais e também no jornalismo. Ela se coloca no bojo do movimento cientificista que entende a “ciência” como o melhor caminho para o conhecimento. Há, no entanto, um paradoxo na questão da objetividade no jornalismo: enquanto outros campos profissionais e do conhecimento possuem claras estratégias institucionais de distanciamento e independência,

nada no treinamento dos jornalistas dá a eles licença para forjar as visões dos outros sobre o mundo. Nem têm os jornalistas técnicas ou linguagem específicas de um grupo. Jornais são diretamente dependentes das forças do mercado. Eles apelam diretamente para a opinião popular. O jornalismo é uma profissão nada isolada. (SCHUDSON, 1978, p. 9, tradução nossa).

Apesar dessas evidências, o autor lembra que tanto críticos quanto defensores consideram a objetividade um emblema do jornalismo norte-americano. Nisso ele se distancia do jornalismo sensacionalista do século XIX e do jornalismo partidário europeu. Mesmo com seus paradoxos, a objetividade é um emblema do jornalismo norte-americano também por causa da forte ingerência governamental sobre a imprensa, principalmente a partir da sistematização das políticas de segurança nacional e da formação de um poder “imperial” em torno da presidência depois da Segunda Guerra Mundial. Por isso, segundo Schudson, a ques-

tão da objetividade jornalística foi tão debatida nos Estados Unidos nos anos 1960 – o pano de fundo era o noticiário sobre a bárbara Guerra do Vietnã.

No jornalismo brasileiro, objetividade e ética são discutidas com menos frequência, como salienta Bucci (2000). Aqui, um processo de cristalização do conceito de objetividade – quando ela, em vez de ser corretamente entendida como método de trabalho para lidar com a subjetividade do jornalista-observador dos fatos, transforma-se em pressuposto inquestionável, com contornos de crença – parece ainda mais profundo. Questionar esse pressuposto criticamente passa também por relativizar o tom cientificista expresso no paradoxo colocado por Schudson. Mesmo as ciências exatas são decididamente marcadas pela subjetividade perceptiva – uma crise do século XIX, como salienta Crary.

Portanto, para questionar esse pressuposto, é preciso problematizar a posição das notícias como síntese do mundo real. Para isso, pretendemos buscar nesta discussão uma dimensão estética do discurso jornalístico. Mergulhado no ideal da objetividade, o jornalismo moderno é marcado por códigos estéticos realistas. Jaguaribe identifica nos códigos realistas o “poder pedagógico de tecer os retratos da *realidade*” (JAGUARIBE, 2007, p. 11, grifo da autora), ainda que convivam, no Brasil, com o imaginário carnavalesco e práticas mágicas.

Em meio à demanda global por códigos realistas na atualidade – no caso brasileiro, os destaques são o romance policial, a narrativa da violência e os demais retratos desesperançados das vidas anônimas nas grandes metrópoles, temas em voga na imprensa –, a autora vê uma distinção clara em relação à

produção de cunho modernista. “Se persiste nelas a denúncia crítica, as novas estéticas não oferecem nem agendas de redenção coletiva, nem perspectivas utopistas de futuro. E, acima de tudo, os novos códigos do realismo estético já não são abalizados pelos cânones letrados” (JAGUARIBE, 2007, p. 12).

O jornalismo contemporâneo se insere nesse processo, principalmente em relação às narrativas sobre a violência e o esgarçamento das relações sociais nas grandes metrópoles. Neste momento de desencanto, a autora sugere que a força atual do realismo estético está na capacidade de oferecer vocabulários de reconhecimento das experiências. Os códigos realistas forneceriam uma espécie de “pedagogia da realidade”, de acesso simples a leitores e espectadores de fora da alta cultura. Eles fazem uso do senso comum cotidiano, apoiados na verossimilhança.

Ou seja, esses códigos nunca abalam a noção de realidade, mesmo que trabalhem por seu desnudamento. Esse processo se dá baseado numa definição, de viés antropológico, de cultura como “conjunto de visões díspares do mundo que devem obter representatividade na construção simbólica da realidade” (JAGUARIBE, 2007, p. 12-13). Essa reflexão permite pensar sobre o papel do jornalismo na relação entre o realismo estético e a representação da realidade.

É aqui válido tentar estabelecer as diferenças entre os conceitos de real, realidade e realismo. Jaguaribe define o real como o mundo de elementos tangíveis e intangíveis, existentes independentes de nós. Esse mundo é inabarcável e não totalizável – nossa capacidade de acesso a ele se dá por meio da representação e somente por ela esse mundo é plenamente concebível. Já a realidade, vista como

construção social, é também parte do real (de que tudo faz parte). A realidade é também inabarcável, mas está em disputa. Segundo a autora, uma característica da atualidade é a consciência desse caráter construtivo da realidade. Os códigos realistas são as ferramentas dessa disputa política por ela. Formalmente, o realismo é um movimento estético – da palavra e da imagem – baseado na verossimilhança. As estratégias e os códigos de linguagem que dão forma a essa verossimilhança, contudo, não são absolutos e dependem do contexto histórico.

Considerações finais

Assim, problematizar o papel da notícia como síntese do mundo real significa assumir o jornalismo como um dos códigos estéticos a construir a realidade e não como a realidade em si, sob a perspectiva conceitual sugerida por Jaguaribe. Talvez o maior problema da objetividade no jornalismo contemporâneo seja um pressuposto representacional de paradigma platônico.

Os novos códigos realistas buscam desferir o ‘pancadão do real’, ou seja, querem aguçar a percepção de nossa condição no mundo por meio de imagens e narrativas que desestabilizem clichês, sem que isso implique experimentalismos ao estilo das vanguardas de antigamente. (JAGUARIBE, 2007, p. 13).

O “pancadão do real” talvez seja uma espécie de obsessão de um tipo de jornalismo⁶ pouco crítico em relação a seu papel de ferramenta na disputa pela construção da realidade. Mas não é privilégio exclusivo

⁶ Esse é o caso, principalmente, do jornalismo na televisão.

do jornalismo desferi-lo. Se o jornalismo moderno era marcado por uma capacidade narrativa de aproximar o leitor do mundo real – ou de sintetizá-lo –, hoje ele é colocado em xeque pela explosão de relatos dos *blogs* e demais meios. A convicção da ética profissional dos jornalistas, de que os relatos noticiosos espelham os fatos – em suma, a realidade – já não basta.

Ao tomar a objetividade na ótica de Schudson, pretendemos justamente reforçar seu papel como procedimento metodológico da prática jornalística, em detrimento do processo de cristalização da objetividade como crença da ética profissional dos jornalistas. Esta discussão assume relevância como esforço para melhorar a prática jornalística, tanto no âmbito das empresas (mercado de trabalho) quanto no das universidades (formação de novos profissionais). Nesse sentido, trata-se, ao mesmo tempo, de problematizar a noção do jornalismo como representação fiel do real e colocar a observância de boas práticas metodológicas como caminho para a construção de uma representação possível – e de qualidade.

Tomemos como exemplo a prática jornalística na cobertura da questão social – especificamente, da exclusão de crianças e adolescentes. A análise comparativa entre, por um lado, a cobertura cotidiana, de meados da década de 1990 até meados desta primeira década do século XXI, e, de outro lado, reportagens especiais premiadas aponta para uma má disseminação das boas práticas jornalísticas⁷.

⁷ Essa hipótese tem sido trabalhada em pesquisa de mestrado. A comparação se dá entre, num plano, os relatórios *Infância na mídia*, da Agência de Notícias dos Direitos da Infância (Andi), que monitoram a cobertura da mídia impressa brasileira sobre crianças e adolescentes desde 1996, e, noutro plano, cinco reportagens sobre o tema publicadas de 1997 a 2007 e premiadas com o Prêmio Esso, o mais importante da imprensa brasileira.

Embora monitoramentos de mídia conduzidos pela Agência de Notícias dos Direitos da Infância (Andi) no período em tela apontem melhoria geral da produção jornalística sobre o tema, as coberturas mais factuais geralmente ignoram as melhores práticas jornalísticas – que podem aqui ser tomadas como sinônimo da objetividade como método.

No caso da cobertura sobre questões sociais, a Andi sugere a prática do “jornalismo socialmente responsável”. No livro *Que país é este?* (ANDI, 2003), a Andi parte de um diagnóstico quantitativo e qualitativo sobre a cobertura da desigualdade social e desenvolvimento humano. Ao criticar e apontar sugestões, o livro da Andi indica um esboço da visão da agência sobre as boas práticas de um jornalismo socialmente responsável.

Em suma, trata-se de fazer reflexões prévias sobre as pautas, evitar ideias pré-concebidas, buscar pluralidade de fontes, não usar termos pejorativos etc. De uma forma geral, os preceitos e boas práticas do que a Andi considera um “jornalismo socialmente responsável” poderiam ser simplesmente classificados como bom jornalismo, baseado em padrões éticos básicos, guiados pela objetividade – enquanto procedimento.

Os próprios monitoramentos da Andi revelam, porém, que essas boas práticas nem sempre são seguidas nas coberturas mais factuais. É o caso da temática da violência, na qual o nível de matérias “meramente factuais”⁸ é superior à média da cober-

⁸ Em sua busca por incluir critérios qualitativos no monitoramento, a Andi introduziu, em 1997, o conceito de “busca de soluções”. Os relatórios passaram a indicar as matérias que focalizavam projetos sociais e políticas públicas bem-sucedidos ou a investigação de soluções para as questões que afetam a qualidade de vida de crianças e adolescentes. No relatório sobre a cobertura do ano 2000, a Andi passou a classificar também as matérias que continham ótica de “denúncia”, sem apresentar

tura geral analisada pela agência. Nos relatos sobre violência envolvendo crianças e adolescentes, a Andi verifica excesso de fontes oficiais (e pouca pluralidade), uso de termos pejorativos (menor, delinquente) e pouca contextualização.

Por outro lado, a análise de matérias premiadas nos mostra o cumprimento das melhores práticas recomendadas para a Andi. Essa discrepância de qualidade entre a cobertura factual e as reportagens especiais é preocupante quando refletimos sobre a qualidade do jornalismo em geral.

Para concluir, sugerimos que a cristalização, na cultura das redações, da objetividade como crença contribui para essa inobservância das melhores práticas jornalísticas, principalmente em temas delicados e complexos, como a questão social. Quando a objetividade se torna pressuposto inquestionável, confunde-se apartidarismo com despolitização. A abordagem foucaultiana colocada nesta discussão nos mostra, porém, que os relatos jornalísticos (na qualidade de discursos) são lugares de exercício do poder, capazes de produzir “verdade” – outro conceito caro à ética profissional dos jornalistas. Por outro lado, a dimensão estética buscada em nossa discussão coloca o relato jornalístico como código realista, ferramenta na disputa pela construção da realidade. Exatamente por isso, o jornalismo é necessariamente político. A opção pela objetividade deve ser um ato político e passa pelo reconhecimento de que nenhuma representação é isenta, nem mesmo a da reportagem objetiva.

caminhos para solucionar os problemas relatados. Assim, passou a ser possível, a partir dos dados da Andi, avaliar esse equilíbrio entre “busca de soluções” e “denúncias”. As inserções não classificadas em nenhuma das categorias são, geralmente, puramente factuais.

Referências

ANDI. **Que país é este?** Pobreza, desigualdade e desenvolvimento humano e social no foco da imprensa brasileira. São Paulo: Cortez, 2003. (Coordenação Veet Vivarta).

BENJAMIN, W. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: _____. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura.** São Paulo: Brasiliense, 1994.

BUCCI, E. **Sobre ética e imprensa.** São Paulo: Companhia da Letras, 2000.

CRARY, J. **Techniques of the observer: on vision and modernity in the nineteenth century.** Cambridge: MIT Press, 1992.

_____. **Suspensions of perception: attention, spectacle, and modern culture.** Cambridge: MIT Press, 2000.

_____. A visão que se desprende: Manet e o observador atento do fim do século XIX. In: CHARNEY, L.; SCHWARTZ, V. **O cinema e a invenção da vida moderna.** São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

_____. **A ordem do discurso.** São Paulo: Loyola, 1996.

_____. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.

_____. **História da sexualidade I: a vontade de saber.** Rio de Janeiro: Graal, 1980.

_____. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. **Vigiar e punir: o nascimento da prisão.** Petrópolis: Vozes, 1977.

GABLER, N. **Vida, o filme: como o entretenimento conquistou a realidade.** São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

JAGUARIBE, B. **O choque do real: estética, mídia e cultura.** Rio de Janeiro: Rocco, 2007.

LAGE, N. **Ideologia e técnica da notícia**. Petrópolis: Vozes, 1979.

PENA, F. **Teoria do jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2007.

RABINOW, P. **Antropologia da razão**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.

SCHUDSON, M. **Discovering the news: a social history of American newspapers**. New York: Basic Books, 1978.

TRAQUINA, N. **Teorias do jornalismo I: porque as notícias são como são**. Florianópolis: Insular, 2005.